

Doutrina

André Mendes Moreira e César Vale Estanislau - Inconstitucionalidade superveniente da contribuição social de 10% sobre o saldo do FGTS em caso de despedida sem justa causa, instituída pelo art. 1º da LC nº 110/2001, face ao atingimento de sua finalidade

1. Introdução. 2. Os expurgos inflacionários e a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001. 3. A natureza da contribuição instituída pelo art. 1º da LC nº 110/2001. 4. A contribuição social ao FGTS e as ADIs nº 2.556/DF e nº 2.568/DF. 5. O atendimento da finalidade da contribuição social ao FGTS. 6. Conclusão.

7

Bruno Reis Pinto - A contribuição prevista na Lei Complementar nº 110/2001 e sua revogação automática com o exaurimento de sua finalidade

1. Conceito sintetizado de tributo e a teoria quinquipartite. 2. As contribuições sociais e a necessidade de destinação do produto de sua arrecadação à finalidade para a qual foi instituída. 3. As contribuições sociais e a consequência pela não destinação do produto de sua arrecadação à finalidade para a qual foi instituída. 4. A introdução e a retirada de uma norma jurídica do sistema jurídico tributário brasileiro. 5. A relevância jurídica da enunciação-enunciada. 6. A contribuição prevista na Lei Complementar nº 110/2001 e sua revogação automática com o exaurimento de sua finalidade. 7. Conclusão.

21

Diego de Alencar Salazar Primo e Francisco José Soares Feitosa - Da revogação tácita do crime de descaminho pelo art. 1º da Lei nº 8.137/1990

1. Introdução. 2. Da equivalência dos núcleos dos tipos. 3. Da inexistência de “direitos de importação”. 4. A Lei nº 8.137/1990 e a inteira regulação da matéria: incidência do art. 2º, parágrafo 1º, *in fine*, da lei de introdução às normas do Direito brasileiro. 5. Dos bens jurídicos protegidos. 6. Conclusão.

38

Eduardo Arrieiro Elias - A Resolução nº 13 do Senado Federal, o acúmulo de créditos de ICMS nas operações interestaduais com mercadorias importadas e a possibilidade de dedução dos créditos acumulados na apuração do IRPJ e da CSLL pela sistemática do lucro real

1. Introdução. 2. A Resolução nº 13 do Senado Federal e o acúmulo de créditos de ICMS. 3. Os créditos acumulados de ICMS e a sua caracterização como “custo” para fins de apuração do IRPJ e da CSLL pelo lucro real. 4. Conclusão.

48

Henrique Santos Raupp e Emerson Vioncek - O tributo “adicional ao FGTS” da Lei Complementar nº 110/2001 e suas “várias” inconstitucionalidades

Introdução. 1. Fundamentos de teoria geral: a linguagem e o Direito. 2. O Direito positivo e a ciência do Direito. 3. O Direito enquanto conjunto de enunciados prescritivos positivos e as normas jurídicas. 4. Das espécies tributárias: breves noções. 5. As contribuições especiais: conceito e características. 6. Das espécies de contribuições especiais. 7. O “adicional do FGTS” da LC nº 110/2001 e suas “várias” inconstitucionalidades. Conclusões.

57

Hugo de Brito Machado - Do conceito de insumo no contexto da não cumulatividade dos tributos

1. Introdução. 2. Conceito restrito adotado pelo Fisco. 3. O que é insumo segundo os dicionários. 4. O que é insumo no contexto da não cumulatividade.

66

Marcelo de Azevedo Granato - O lugar da informação: considerações sobre a interpretação do termo “resultado” na Lei Complementar 116/2003

I. Introdução. II. A caracterização do “resultado” do serviço no Processo Administrativo 2011-0.125.786-1 (e doutrina). III. A caracterização do “resultado” do serviço: interpretação alternativa. IV. Observações finais. 73

Marcus Abraham - Os 25 anos do TRF da 2ª Região e a jurisprudência tributária
I - Introdução. II - Direito Tributário e Justiça Federal de hoje. III - Jurisprudência tributária como fonte do Direito. IV - Jurisprudência do TRF da 2ª Região: ontem e hoje. V - Conclusão. 80

Paulo Rosenblatt - O abuso de Direito Tributário
1. Introdução. 2. Interpretação teleológica e elisão fiscal. 3. O abuso de Direito Tributário: da evolução da construção jurisprudencial à codificação em sistemas jurídicos que influenciaram o Brasil. 4. O abuso de direito na jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros. 5. O abuso de direito nas decisões do extinto Conselho de Contribuintes e atual Conselho de Recurso Fiscais. 6. Conclusão. 89

Ricardo Lodi Ribeiro - A base de cálculo do ICMS em operações interestaduais entre estabelecimentos do mesmo titular
I - Introdução. II - O fato gerador do ICMS na circulação de mercadoria e o princípio da autonomia dos estabelecimentos. III - A base de cálculo do ICMS nas transferências de bens entre estabelecimentos da mesma pessoa jurídica. IV - Conclusão. 102

Roberto Biava Júnior e Leonardo de Gregório - A regulamentação da Resolução do Senado Federal 13/2012 pelo Confaz (Convênio ICMS 38/2013): o combate aos benefícios fiscais inconstitucionais da “guerra dos portos” e a simplificação das obrigações acessórias em atendimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade
1. Introdução. 2. A “guerra dos portos” e os incentivos fiscais à importação não autorizados pelo Confaz. 3. Abrangência da aplicação da alíquota interestadual de 4% (Resolução do Senado Federal 13/2012) e exceções (hipóteses de não aplicação). 4. Obrigações acessórias instituídas pelo revogado Ajuste Sinief 19/2012 e os aperfeiçoamentos do atual e vigente Convênio ICMS 38/2013. 5. Conclusões. 122

Sergio André Rocha - O que é formalismo tributário?
1. Introdução. 2. Quais são os traços de uma teoria formalista do Direito? 3. Formalismo e qualificação dos fatos. 4. Formalismo e opção por princípios constitucionais. 5. Formalismo como uma certa leitura dos princípios tributários. 6. Conclusão. 146

Wladimir Novaes Martinez - Inconstitucionalidade da exação securitária devida pela contratante de cooperativas
1. Problemas vernaculares. 2. Modalidades operantes. 3. Particularidades distintivas. 4. Objetivo e função. 5. Obrigações patronais. 6. Inconstitucionalidade da Lei n. 9.876/1999. 156

Pareceres

Ives Gandra da Silva Martins - ISS - sociedades prestadoras de serviços de contabilidade e consultoria econômica. Não é a dimensão da sociedade e o número de profissionais que definem o regime de tributação do ISS, mas o tipo de serviço prestado
Consulta. Resposta. 161

Omar Augusto Leite Melo - Local de ocorrência do ISS nos serviços de licenciamento, cessão e desenvolvimento de *software*
Da Consulta. 1. A polêmica do local de ocorrência do fato gerador do ISS. 2. Estabelecimento prestador, na visão do Superior Tribunal de Justiça. Conclusões. 177